



Abastecimento alimentar e o contexto da agricultura familiar no Tocantins em tempos de pandemia do novo coronavírus

Diego Neves de Sousa

Analista da Embrapa Pesca e Aquicultura

Keile Beraldo

Professora da Universidade Federal do Tocantins

A crise mundial decorrente do surto da Covid-19 não tem precedente e influencia o funcionamento de praticamente todos os setores da economia. Embora tenham-se direcionado inúmeros esforços no intuito de entender e minimizar os impactos causados pela supracitada pandemia, por ora prevalecem mais incógnitas do que respostas aos inúmeros problemas decorrentes desta. No Brasil e no Tocantins não é diferente.

O estado mais novo da Federação também sente de perto as repercussões negativas. Desde a separação do norte de Goiás, o Tocantins luta para combater a pobreza e as desigualdades sociais de sua população.

Mas, na situação vigente, os esforços do estado ficam cada vez mais incipientes, o que afeta sobremaneira os públicos em situação de vulnerabilidade social, que no meio rural atinge eminentemente os indígenas e os quilombolas.

Influenciada pela lógica desenvolvimentista herdada de Goiás, a economia tocantinense tem como expoente as cadeias produtivas da pecuária e de grãos. No entanto, o escoamento das demais cadeias produtivas consideradas mais frágeis é influenciado pelas condições deficientes de acessibilidade. Prova disso é que não existe no Tocantins uma central de abastecimento de hortifrutigranjeiros de referência.

**Não existe no
Tocantins uma
central de
abastecimento de
hortifrutigranjeiros
de referência.**

O provimento da sociedade, sobretudo, a aquisição de suprimentos básicos com vistas ao incentivo do isolamento social, bem como a intensificação das práticas de higienização passam a fazer parte das orientações advindas das agências de saúde e do poder público no intuito de minimizar a proliferação do vírus. Com isso, o sistema agroalimentar precisa se reinventar e desenvolver alternativas viáveis para se manter em meio a crise.



Neste sentido, os agricultores familiares e seus empreendimentos coletivos tornam-se importantes atores para manter o adequado abastecimento alimentar junto à população, principalmente, ao considerar que o Tocantins é rico em recursos naturais com destaque para diversas espécies frutíferas do cerrado que são consumidas em maior escala, como a mangaba, o pequi, babaçu, buriti, araticum, jatobá, baru, bacupari, dentre outros. Esses frutos são comercializados in natura nas principais feiras dos municípios tocantinenses pelos agricultores.

Não obstante, após a confirmação do primeiro caso do novo coronavírus na capital do estado, Palmas, no dia 18 de março, diversas restrições foram recomendadas pelo poder público para combater o coronavírus e aumentar os cuidados com a população. Uma delas foi o fechamento das feiras livres no intuito de evitar aglomeração de pessoas.



Foto: Keile Beraldo.

A feira livre é um tradicional mercado que ocupa espaços públicos em diversos municípios tocantinenses. Este é um ambiente propício para as trocas comerciais dos agricultores familiares e que também permite sua inclusão em demais mercados alternativos. Por isso a relevância em manter e fomentar as feiras locais que contribuem significativamente para dinamizar as cadeias curtas de comercialização.



Além disso é preciso reivindicar a continuidade das costumeiras feiras, mas com medidas protetivas aos agricultores e consumidores.

Com o impasse de reabertura e pleno funcionamento, as associações de representantes dos feirantes buscam se adaptar à nova realidade. Para isso apoiam-se no uso de Tecnologias da Informação e Comunicação que ampliaram o acesso à internet e sua utilização pelos agricultores. Talvez de forma "forçada", os agricultores estão cada vez mais se inteirando no mundo tecnológico para não se distanciar do mercado.

Assim, a internet, principalmente através de seus canais de compras e de aplicativos de vendas, tem sido aliada dos agricultores comerciantes que tentam manter a comercialização de sua produção agrícola frente a baixa nas feiras e, até mesmo, nas políticas alimentares de compras institucionais. Este cenário exige dos agricultores familiares uma resposta à crise, como é o caso de alguns que estão sendo capacitados (e também desafiados) para se adaptarem aos serviços online buscando, assim, se inserirem nesta nova dinâmica de mercado. Por outro lado, os consumidores também estão em processo de adesão a esta modalidade de comercialização para evitar a saída de casa.

Talvez de forma "forçada", os agricultores estão cada vez mais se inteirando no mundo tecnológico para não se distanciar do mercado.



É preciso que além do aperfeiçoamento das entregas de delivery, os agricultores possam se atentar aos cuidados de acondicionamento dos alimentos para que este negócio não seja percebido negativamente e tenha real possibilidade de prosperar no mercado.

Isto é vislumbrar uma oportunidade de negócio a posteriori!

Neste intento, os agricultores feirantes de Palmas estão em processo de organização para se inserirem devidamente no sistema *delivery* de produtos artesanais. Isto é relevante para o fomento da produção artesanal numa proposta de preservar costumes, hábitos e conhecimentos tradicionais dos diferentes grupos de agricultores familiares.

**É importante a
busca de
alternativas para
que as feiras não
permaneçam
fechadas**

Mesmo sendo um mercado consolidado em busca de adequações para continuar a atender os consumidores, também é importante a busca de alternativas para que as feiras não permaneçam fechadas. Diante deste cenário e de outros desafios, os agricultores em transição para o sistema de produção agroecológico podem ajudar a explorar os vínculos entre agricultura e saúde, demonstrando que o modelo de manejo pode promover a saúde ou causar grandes riscos.



A destinação dos recursos por parte do Estado deve ser, neste momento, primordialmente para a saúde. Contudo, a ação que não deve menosprezar os empreendimentos da agricultura familiar que sobrevivem do comércio local e que, por sua vez, contribuem para a dinamização da economia do município de origem. Isto é crucial para que os efeitos negativos na produção agrícola e agropecuária sejam minimizados frente a possibilidade de instabilidade na disponibilização de alimentos e também em repercussão direta na segurança alimentar da população em situação de vulnerabilidade.

Outro ponto a se destacar é que o governo do Tocantins precisa formular políticas públicas específicas para a agricultura familiar, dada a inexistência de política pública estadual expressiva para atender as reais necessidades da região. A fim de buscar a consolidação de setores ou atividades potenciais do meio rural tocantinense é preciso propor ações para fortalecer as cadeias produtivas regionais que possuem proximidade com a cultura alimentar.

* As opiniões emitidas neste texto são de caráter pessoal e não refletem necessariamente a posição do GEPAD.



Grupo de Estudos e Pesquisas em Agricultura, Alimentação e Desenvolvimento
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS
www.ufrgs.br/agricultorafamiliar
<https://www.facebook.com/estudosemagricultura/>

